

ENSINO DE HISTÓRIA: PARTICULARIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO SUL DO MARANHÃO

Juliana Ferreira de Sousa¹; John Jamerson da Silva Brito²;

Universidade Federal do Maranhão, ferreira.juliana.sd@gmail.com¹

Universidade Federal do Maranhão, jamersonbritobr@gmail.com²

Resumo: A história tradicional e universal sempre teve seu espaço no campo teórico, com metodologias corretas e precisas de investigação, com meios de análise sempre vinculados aos “grandes” nomes e acontecimentos históricos. Contudo, esse método não é mais o único meio de se contar história, a Nova História, que surgiu na França por meio da terceira geração da Escola dos Annales vem romper com essa narrativa unilateral, com o intuito de diversificar não só as narrativas, mas os métodos de investigação. A partir dessas concepções este trabalho apresentará as particularidades econômicas e sociais do Sul do Maranhão, destacando a cidade de Imperatriz/MA, por meio da obra “Breve História de Imperatriz” do autor Adalberto Franklin. Através de uma metodologia bibliográfica essa pesquisa analisará como essas contribuições historiográficas regionais e locais da Nova História, podem auxiliar no ensino de história diversificado, no que diz respeito a valorização de novos fatos históricos para a formação dos alunos.

Palavras – chave: Ensino de história, Sul do Maranhão, Nova História.

Considerações Iniciais

O Maranhão é um dos estados brasileiros com uma área geográfica e populacional significativa. A partir de fatores históricos que remetem à época do povoamento do estado pode-se observar uma segregação referente a região do litoral que abrange a capital do estado, São Luís, e a outra região denominada como Sul do Maranhão que compreende a uma área que se aproxima das cidades de Imperatriz e Balsas. Houve recentemente uma proposta de projeto para separação dessas duas áreas supracitadas, na intenção de criar dois novos estados. E a principal reivindicação surge da parte do Sul do Maranhão que não se sente representada, pois tudo se opera na capital do estado, e a região sul se sente desprestigiada e esquecida.

Segundo as concepções de algumas autoras maranhenses como Carlota Carvalho que escreveu a obra “Sertão” e Socorro Cabral que produziu o livro “Caminhos do Gado” que sugere uma ausência de identidade entre o norte e o sul do Maranhão. Mas reconhece as particularidades do Sul do Maranhão em relação ao Norte do Maranhão. As autoras destacam uma série de fatores que contribuíram e ainda contribuem para essas diferenciações. Um dos motivos que levam a essa oposição foi a exploração diferenciada de ambas as partes, os

processos de exploração e habitação dessas áreas, lideranças políticas, que tinham suas diferenciações culturais e interesses econômicos que ajudaram a definir essas particularidades no estado do Maranhão.

Outra reivindicação importante que Cabral (2008)³ destaca, é uma historiografia homogeneizadora que está recorrentemente pautada no processo vivenciado na região norte do estado. Que desqualifica os habitantes da parte meridional, retratando-os como “gente violenta, desonesta e facínora”, “bandeirantes ambiciosos”, “bárbaros aventureiros”, que tornavam o sul uma terra “inculta, bárbara e sanguinária”.

A partir dos argumentos apresentados, este trabalho pretende apresentar as particularidades econômicas e sociais do Sul do Maranhão, tratando especificamente da cidade de Imperatriz/MA, por meio da obra intitulada “Breve História de Imperatriz” (2005) do autor Adalberto Franklin. Destacando em um primeiro momento o processo de constituição da região do Sul do Maranhão, depois, tratando das especificidades econômicas e sociais da região sul representada pela cidade de Imperatriz/MA e por fim destacaremos as contribuições da historiografia regional e local para o ensino de história.

Constituição do Sul do Maranhão

O livro “Breve História de Imperatriz” vai abordar uma linha cronológica sobre essa cidade iniciando a partir do processo de exploração territorial do estado, como por exemplo, o processo de colonização dos franceses, holandeses e portugueses no litoral e o desconhecimento das terras do sul do estado. Franklin (2005) diz que apesar de o litoral maranhense ter recebido o interesse e a presença de exploradores europeus desde o final do século XVI, a parte do Sul Maranhão somente foi colonizada a partir do século XVIII, quase duzentos anos depois da fundação de São Luís pelos franceses.

E esse completo desinteresse do estado maranhense para as outras regiões que não se aproximassem da área litorânea gerou um completo desconhecimento das nascentes dos principais rios que despejavam no litoral. E é com a povoação de Pastos Bons, ocasionada pela Casa da Torre que o povoamento do sul do Maranhão vai se desenvolver:

Somente a partir do surgimento da povoação de Pastos Bons, originada da entrada dos sesmeiros da Casa Torre no território do Piauí, que afugentavam e aprisionavam índios para alargar as áreas de criação de gado, dando início ao processo de povoamento do Sul do Maranhão. Depois de tomar as terras dos indígenas do Sul do Piauí e instalar diversas fazendas, os sesmeiros e vaqueiros do senhor da Casa da

³ CABRAL, S. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. Ed. São Luís: Edufma, 2008.

Torres, sob o comando de Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Sertão, cruzaram o Parnaíba e ocuparam as belas paisagens do lado maranhense, território a que denominaram “pastos bons” (FRANKLIN, 2005, p.12).

É perceptível que a colonização do sul do Maranhão não foi feita pelos governantes do estado, mas por estados vizinhos, o autor cita o Piauí, mas é sabido que outros estados também estiveram presentes nesse processo, como Bahia, Pará e outros estados nordestinos. Segundo Franklin (2005) esse “novo” (sertões de Pastos Bons) território compreendia todo o território abaixo de Caxias, em sua extensão Leste-Oeste, do Parnaíba ao Turiaçu. Fica patente que não se considerava o rio Gurupi como linha limítrofe entre Maranhão e Pará. Com a mudança da Corte para o Brasil que se realizou oficialmente a primeira expedição do reconhecimento dessa região:

Somente em 1809, sob pressão de D. João VI depois de a corte ter se mudado para o Brasil, foi realizada oficialmente da região sul da região da Província, sob o comando do coronel Sebastião Gomes da Silva Belfort (ou Berford), no governo do capitão-general Francisco de Melo Manoel da Câmara (FRANKLIN, 2005, p.12).

Outro ponto importante que o autor trabalha no texto é sobre a importância dos rios no processo de colonização e “achado” dos territórios brasileiros. Nesse caso específico da região sul do Maranhão ele vai apontar o rio Tocantins como uma peça fundamental nessas conquistas dos cerrados e da pré-Amazônia.

Há consenso entre os historiadores de que a primeira expedição a navegar o Tocantins rio acima foi comandada pelo francês La Blanartier, em 1610, pouco antes da fundação de São Luís (1612) e Belém (1616). La Blanartier teria subido o Tocantins a partir de sua foz e alcançado a Serra dos Pacajás (Carajás), esbarrando nas cachoeiras e corredeiras de Itaboca, local de difícil passagem para embarcações (FRANKLIN, 2005, p.19).

La Planque desbravou e permaneceu na região Sul do Maranhão por nove meses, mas quando ele decidiu retornar a São Luís/MA, teve a notícia que os franceses foram expulsos do litoral maranhense. Foi a partir dos comandos do padre Antônio Vieira que as expedições ao rio Tocantins retornaram:

Em dezembro de 1653, o padre Antônio Vieira, superior dos jesuítas no Maranhão, comandou uma grande expedição de catequese e exploração pelo rio Tocantins, a partir de Belém. Sua frota contava com vinte canoas e trezentos homens duzentos eram índios. Depois de subir 130 léguas e ultrapassar com dificuldades as cachoeiras de Itaboca, o escritor dos Sermões se viu diante de uma trama montada pelo governador do Pará, que não desejava a implantação da catequese jesuíta em seu Estado, por ser essa congregação contrária à escravização dos índios. Sem que Vieira soubesse, o governador mandara contraordem ao comandante militar da expedição para impedir as pretensões do sacerdote. Ao tomar conhecimento disso, decide então Vieira encerrar a expedição e voltar ao Maranhão (FRANKLIN, 2005, p.20-21).

Mas essa entrada ao Sul do Maranhão trazia consequências, no que se refere principalmente aos povos indígenas. Franklin (2005) cita alguns povos indígenas que aqui habitavam, tais como os amanajós, angetgês, apinajés, augutgês, canaquetgês, capiecrãs, gamelas, guajajaras, macamecrãs, norocoagês, piocobgês (gaviões), poncatgê (krikatis), ponecras, purecamecrãs, sacamecrãs, tacamedus, xavantes e xerentes. Algumas dessas tribos eram muito temidas como os krikatis e outras eram “pacíficas”, mas não há dúvidas que a maioria das conquistas das terras foram por meio de conflitos com os indígenas.

Na metade do século XIX quatro frentes colonizadoras avançaram em direção a pré-Amazônia maranhense:

1. A frente pastoril nordestina, originária das entradas e bandeiras da Casa da Torre, que a partir da vila de Pastos Bons ocupou o sul do Maranhão, tendo sido forçada a estacionar antes das margens do rio Farinha, na povoação de São Pedro de Alcantara, pelos índios timbiras. 2. A frente de expansão litorânea, patrocinada pelo governo do Maranhão para a conquista e povoamento do seu território, que avançava lentamente pelas margens dos rios melhores navegáveis, como o Itapecuru, o Mearim, o Pindaré e o Grajaú. 3. A frente de ocupação goiana, de interesses mercantis, que se dava a partir de Vila Boa de Goiás, capital da Província, Natividade e Porto Imperial, buscando a exploração mineral, a criação de gado e o comércio com o Pará, através dos rios Araguaia e Tocantins. Chegou a tomar posse de uma parcela do território maranhense, através do domínio de São Pedro de Alcantara (Carolina), tendo depois em Boa Vista (Tocantinópolis) a sua povoação mais ao norte. 4. A frente colonizadora do Pará, que desde o século XVII avançava ao longo das margens do rio Tocantins, até sua confluência com o Araguaia, instalando missões religiosas para catequese dos índios, fortificações militares e povoados, para apoio à difícil navegação desse rio (FRANKLIN, 2005, p.32-33).

No decorrer do livro ele vai abordar os processos que levaram a fundação da então cidade de Imperatriz/MA que se iniciou a fundação de Santa Tereza feita por Procópio, a fundação da Vila Nova da Imperatriz até a criação do município de Imperatriz.

Especificidades econômicas e sociais de Imperatriz/MA

A partir de toda essa contextualização histórica sobre o sul do Maranhão é notório que ele se ergueu por meio de ocupação rural ligada também a exploração das riquezas naturais, como a extração de madeira e exploração de metais preciosos.

A cidade de Imperatriz passa a cultivar as primeiras roças de arroz a partir da primeira metade da década de 1950, com a chegada de imigrantes nordestinos. Conforme menciona Franklin (2008):

Os “nordestinos” foram ocupando o espaço, afugentando índios, “amansando” a terra e plantando arroz, feijão, milho, mandioca, favas e outros gêneros de seu consumo e de fácil comércio. Formaram grandes excedentes, vendidos em Imperatriz aos comerciantes e donos de usinas de arroz. Para dar conta de tanta

oferta, os comerciantes imperatrizenses passaram a investir na compra de máquinas de beneficiamento e na facilitação dos transportes para outros centros (p.127).

É questão de tempo para a produção do arroz se tornar algo rendoso na cidade. Franklin (2008) menciona que de acordo com IBGE, em 1956 o arroz já era o principal produto agrícola comercializado na cidade, a produção nesse ano chegou a 18.700 sacos em casca, um valor total de Cr\$ 1.320.000,00, superando a tradicional cana de-açúcar produzida nos engenhos das fazendas, que atingira 17.700 toneladas, avaliadas em Cr\$ 1.070.000,00.

Com o início da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1958, há naturalmente um aumento na migração de pessoas para Imperatriz e proximidades. Como nem todos que vinham para essa região conseguiam trabalhar na construção da rodovia, acabavam exercendo outras funções, e como na época a agricultura estava em alta e principalmente o cultivo do arroz, essas pessoas acabaram se dedicando a esse tipo de plantio. Franklin (2008) afirma que com a conclusão da rodovia, a cidade começa a se consolidar como polo econômico regional:

A partir de 1960, Imperatriz começa a consolidar-se como novo polo econômico regional, pela força de sua produção e comercialização agrícola, sobretudo do arroz, que se destaca pela abundante produção advinda da nova fronteira que passou a ser conhecida como “estrada do arroz”, ocupada pelos “nordestinos” a partir do final da primeira metade da década anterior, e pela facilidade de transporte de Imperatriz para outras regiões, após a inauguração da Rodovia Belém-Brasília (p.132).

Em consonância a esse crescimento da produção de arroz em 1970, existia outra atividade econômica começando a se instalar, a extração de madeira. Depois de todo esse processo de constituição da cidade de Imperatriz e com a chegada da rodovia Belém-Brasília nas proximidades, há uma agilidade no transporte, tanto de mercadoria, como também, de pessoas. E com essa nova realidade da rodovia essa região do Sul do Maranhão começou a receber pessoas de outros estados, vindas principalmente do Sul e Sudeste.

Adalberto Franklin atribui esse novo “ciclo” econômico da extração de madeira a esses novos habitantes, pois segundo ele, os camponeses nordestinos dessa região não tinham o hábito de extrair a madeira para a comercialização, eles utilizavam a madeira só para o seu sustento, tinham um apreço pela preservação e cuidado com a natureza, então, eles usavam a madeira por exemplo, só para fazer cercas, casas, currais e fabricação de utensílios domésticos. Pois eles acreditavam em lendas que haveria algum tipo de castigo, caso eles não respeitassem a preservação da natureza, como mostra Franklin (2008), a partir de um depoimento de um camponês da época:

E tem o pai da mata. É ele que governa a mata. Diz que quando o pessoal tá derrubando a mata, aí diz que a gente ouve o clamor dele, porque estão devorando a mata, acabando com as árvores. Há um clamor, um gemido, precisa ver. Mas ele não

faz nada que eu saiba. Fica é triste e clama. Dá um tipo de fantasma que aparece pro pessoal, porque dá uma tristeza muito funda nas pessoas. Minha avó é que contava (p.140).

Só que os novos habitantes tinham uma percepção totalmente contrária a dos camponeses nordestinos, eles vieram para essa região com o intuito de explorar os recursos naturais, nessa época, eles exploraram as árvores que são consideradas centenárias, nobres, como o ipê, cedro, cumaru, jatobá, maçaranduba, sucupira, muiracatiara, entre outras. E todo esse deslocamento, principalmente das pessoas que vieram do Sul e Sudeste foi devido a uma demanda de materiais (no caso a madeira), para as construções da região do Sul do Brasil que vivia a euforia do “Milagre Econômico”⁴.

Como essa atividade não fazia parte da realidade dos moradores de Imperatriz e nem das áreas próximas, eles não tinham o suporte para atender essa nova demanda, no sentido do beneficiamento dessa madeira. Então, em um primeiro momento, ela era transportada como material bruto mesmo, em toras, em caminhões madeireiros abertos. Com o passar do tempo e a intensificação desse domínio econômico é que começa a se instalar na cidade as primeiras serrarias de pequeno, médio e grande porte, ocasionando posteriormente uma grande quantidade de postos de trabalho. A cidade passa a ter como paisagem os caminhões transportando arroz e madeira, simultaneamente.

Esse domínio econômico da extração de madeira diferentemente do domínio do arroz, necessita de recursos para seu beneficiamento como a energia e outros, com esse aumento significativo de estabelecimento (serrarias) na cidade de Imperatriz e nos municípios de zona rural, há uma notória necessidade de recursos que rapidamente são cedidas pelo Governo do Estado já que este arrecadava bastante impostos para a extração de madeira de acordo com Franklin (2008):

O município dispunha, nessa época, de apenas um motogerador de energia, que atendia parte da cidade, estando prevista a instalação de “dois potentes motores, conseguidos pelo prefeito junto ao Governo do Estado”. Apesar da falta de infraestrutura, existiam “1.184 estabelecimentos comerciais, industriais, oficinas, hotéis etc.; contando na sede 1.005 e 179 na zona rural” (p.142).

Foi esse domínio econômico que impulsionou o crescimento acelerado da cidade de Imperatriz e das áreas de zona rural. Essa atividade se desenvolvia e a região experimentava uma junção de avanço da população com o progresso econômico. Franklin (2008), enfatiza que no período a população saltou de 80.827 habitantes, contados pelo IBGE em 1970, para

⁴Milagre Econômico ou "milagre econômico brasileiro" é a denominação de um período da história do Brasil que durou de 1968 a 1973. Esse período foi caracterizado por aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e baixos níveis inflacionários.

220.469, totalizados pelo censo de 1980; quase o triplo em apenas uma década – crescimento de 10,57% ao ano, o segundo maior índice verificado no país nesse período.

Mas recentemente a cidade de Imperatriz passa por novos processos econômicos conforme Franklin (2005):

Mesmo mantendo-se como centro abastecedor de toda a região, durante quase duas décadas, o município se viu indefinido quanto à sua identidade econômica. A partir do final do milênio, porém, começa a se estabelecer como centro de serviços especializados. Com um numeroso contingente de profissionais especializados, principalmente na área da educação, da saúde, do direito, da administração, e de muitas outras atividades, Imperatriz tem se fortalecido ultimamente como polo de prestação de serviços (p.93).

Ensino de história: historiografia regional e local

Essa perspectiva investigativa da historiografia regional e local nem sempre foi significativa no âmbito acadêmico, foi a partir do final da década de 1980 que começa a difundir trabalhos relacionados a essa temática. Mas isso só ocorreu por meio de uma nova concepção metodológica que surge na França em 1929, uma corrente teórica chamada de Nova História. E é através dessa nova configuração teórica que se passou a ter uma diversificação, no que se refere as fontes históricas.

(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. (...) nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. (...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (Burke, 1992, p. 11).

É partindo dessa concepção da nova história que pensamos que a disciplina de história deve ser trabalhado no ensino fundamental, especificamente na cidade de Imperatriz/MA. É sabido que os livros didáticos de história não só a nível do estado do Maranhão, mas em âmbito nacional, se reportam em sua maioria a história universal, que narra o “descobrimento” do Brasil, o período de escravidão e abolição, independência do Brasil, etc. Todas essas narrativas gerais do Brasil, que mesmo sendo apresentadas e destacadas ainda não são contempladas, pois cada temática citada contém um universo de informações.

É preciso pensar que esse método de ensino de história necessita se adequar e se reconfigurar, por meio da nova história, onde cada estado e pensando em extensões territoriais extensas, como o estado do Maranhão e Pará, que essas narrativas devam ser contadas por regiões (norte e sul). Essa reconfiguração só será possível se cada estado e região adequarem seus livros didáticos conforme suas narrativas locais, para que o aluno compreenda como por

exemplo, ocorreu o processo de escravidão em sua região, como se deu o processo de exploração, quem vivia nessa região antes dos colonizadores.

É notório a importância dos estudos da história regional e local para o universo historiográfico, pois esses estudos são essenciais no processo de aproximação do historiador e do seu objeto de estudo. As narrativas deixam de ser temáticas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região. A história passa a ser plural, com uma narrativa que não se prenda a um acontecimento, a um grupo de pessoas, mas uma história que contemple vários acontecimentos e várias pessoas.

Considerações Finais

Essa obra de Adalberto Franklin “Uma Breve História de Imperatriz” apresentada ao longo do texto traz uma série de particularidades sociais e econômicas da região do Sul do Maranhão, em especial da cidade de Imperatriz. Onde ele resgata o processo de exploração dessa região e de alguns “ciclos” econômicos que a cidade passa. Essa perspectiva é fundamental para pensarmos em uma nova história, pois essa história contada pelo autor é diferenciada da história universal do estado que sempre foi mais evidenciada. De uma colonização que se iniciou no litoral pelos franceses, holandeses, português e etc. Mas essa história não contempla o Sul do Maranhão, por isso precisamos de produções que valorizem as nossas particularidades.

É partindo dessa proposta apresentada pelo autor que se idealiza um ensino de história para a cidade de Imperatriz/MA. E essa mudança já pode acontecer a qualquer momento, pois já temos obras que amparem essa ideologia que não evidência uma história voltada aos acontecimentos do litoral do estado, mas uma narrativa que relate nossas particularidades para que se possa compreender com mais clareza o lugar que ocupamos.

Referências

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

_____. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz/MA: Ética, 2008.